

Portarias 128, 129 e 130**Reunião com o Rei-tor escancara menosprezo às instâncias colegiadas e aos direitos de servidores docentes e técnico-administrativos**

Atendendo ao pedido formulado pela Adunesp e pelo Sintunesp, o reitor Julio Cezar Durigan agendou uma audiência para o dia 23/4, para discutir as portarias 128, 129 e 130, publicadas no Diário Oficial do Estado de SP de 26/3/2015, que suspendem a concessão da Bolsa Complemento Educacional, bem como as promoções referentes ao Plano de Carreira Docente, ao Plano de Carreira de Pesquisadores e ao Plano de Acompanhamento de Desenvolvimento Profissional (ADP).

Infelizmente, o aspecto positivo a ser destacado neste boletim conjunto restringe-se ao agendamento da reunião.

Os representantes da Adunesp e do Sintunesp procuraram debater o tema da reunião sob os seus aspectos mais relevantes. Um deles é a utilização, por parte da reitoria, de recursos originalmente destinados para garantir melhores condições de trabalho para os servidores docentes e técnico-administrativos – conquistados a duras penas pela comunidade unespiana – para financiar outros itens orçamentários. E isso fica claro no texto de uma das portarias, onde se lê que a sua expedição decorre da “necessidade” de “contenção da massa salarial para manutenção do equilíbrio orçamentário e financeiro da Universidade”.

Outro aspecto destacado pelos representantes das entidades foi a forma utilizada para expedir as portarias: sem nenhum debate nos colegiados competentes e na base da canetada reitoral. Quando questionado se acataria a indicação aprovada pelo Conselho de Administração e Desenvolvimento (CADE), em sua reunião de 15/4, que solicita a suspensão dos efeitos das portarias até que sejam amplamente discutidas nos órgãos colegiados competentes, o reitor afirmou que os colegiados eram muito lentos e, como os planos de carreira precisam de ajustes, decidiu acelerar o processo, tomando para si toda a responsabilidade. Depois disso, acusou as entidades de publicarem boletins “mentirosos”, sem deixar claro quais seriam as “mentiras” a que se referia.

Essas afirmações são extremamente preocupantes e acintosas à comunidade. O Estatuto da Universidade estabelece que a administração da instituição é colegiada, que os órgãos colegiados têm caráter normativo e deliberativo, que o Conselho Universitário é o órgão máximo de deliberação e que questões de caráter geral, sejam elas relacionadas ao ensino, à pesquisa, à extensão ou à gestão, devem ser definidas pelos colegiados competentes. Ao reitor, cabe executar as deliberações dos colegiados. O artigo 18 do Estatuto, por exemplo, elenca entre as atribuições do Conselho Universitário: “deliberar sobre planos de carreira de servidores da Universidade”.

É inaceitável que o reitor da Unesp trate a instituição de forma arrogante, autoritária e desrespeitosa para com os colegiados. Eles fazem parte da nossa estrutura de poder e não podem ser simplesmente desconsiderados, ainda mais sob a alegação de que não produzem resultados no ritmo que a



administração central julga necessário.

A discussão das portarias foi pautada no CADE e vamos continuar debatendo o assunto na próxima reunião deste órgão, em 10/6. O mesmo pode – e deve – ser feito nos demais colegiados, como o CEPE, a CCG e as Congregações das Unidades.

A despeito da menção sempre presente no discurso reitoral sobre as dificuldades financeiras por que está passando nossa Universidade – embora o Fórum das Seis desde há muito tempo (1989) tenha instado os reitores a fazerem gestões para o aumento da dotação orçamentária das três universidades estaduais paulistas – só mais recentemente, e por pressão da greve de 2014, é que se deram conta disso. E, certamente, como sempre, é no corte de benefícios e na precarização das nossas condições de trabalho que pretendem compensar sua omissão na busca por mais recursos. Se não, como financiar a criação do curso de Engenharia Aeronáutica em São João da Boa Vista, por exemplo, neste momento de anunciada penúria financeira?

A propósito, ao final da reunião, o reitor declarou “não concordar com a suspensão das portarias e que vai estudar a situação, sem prazo para resposta”. Acrescentou, ainda, que não reeditará a portaria de criação da Comissão da Verdade da Unesp, reiterando a sua posição desrespeitosa para com as instâncias deliberativas da Universidade e para com os valores democráticos.

Precisamos reagir – como fizemos no episódio da autoconvocação do CEPE, recentemente, para rediscutir os prazos de entrega dos relatórios docentes –, na defesa da qualidade do ensino, na recuperação da dignidade do trabalho dos servidores docentes e técnico-administrativos, desgastada ao longo destes últimos anos. Estamos preocupados com o desmonte da Universidade porque temos compromisso com as gerações futuras e precisamos mostrar para quem se arvora a administrá-la solitariamente que o reitor deve dar satisfações dos seus atos à comunidade unespiana, organizada nos colegiados, sindicatos e entidades representativas.